



PARTE A

EDITAL DE LICITAÇÃO
COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 9009 /CPL/FMS/2020
PROCESSO N.º 7372/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 0136 / 0266
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00
PROGRAMA DE TRABALHO: 2101.10.302.00015.2105 / 2101.10.303.0015.2300
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: Valor Total R\$ 10.228.955,24 (Dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Cardo nº 50 Centro - Paracambi – RJ, no horário de 10h às 12h e 13h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 26839100 - Sítio Eletrônico ou e-mail: cplfmsparacambi@gmail.com

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte	A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte	B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo	1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo	2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo	3	-	Modelo de Declaração
Anexo	4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo	5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo	6	-	Termo de Referência
Anexo	7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo	8	-	Minuta do Contrato

Depto. De Licitações e Compras



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Pregoeira **VANIA ABBES DE ALMEIDA E EQUIPE DE APOIO**, designados pela portaria publicada no D.O de nº **421/2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **9009/FMS/CPL/2020**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS..** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS.**, horário de Brasília – DF.

1.2 – Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5 – O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a **Rua Juiz Emílio Cardo nº 50 Centro - Paracambi – RJ**, na sala da CPL, no horário de 10h às 12h e 13h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações pelo telefone (21) 2683 9100 Site Eletrônico ou e-mail: cplmpparacambi@gmail.com

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

3- PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 – A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 – Não será admitida a participação de empresas que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação.

3.3.1 – Poderão participar as empresas em recuperação judicial que demonstrarem viabilidade econômica e atenderem aos demais requisitos de habilitação, desde que tenha plano de recuperação homologado pelo juízo;

3.4 – Não será admitida a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja em qual for o órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – não será admitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro nenhum servidor público do Município de Paracambi, seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afinidade, até terceiro grau.

3.7 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.



3.8 – Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócio, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 – Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 – Para manifestar se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá se identificar com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para ☐nutiliza☐-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 – A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente representante mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 – Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, Nº050 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10h às 12h e 13h às 16h, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.5 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.6 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 – No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:



Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 9009 /CPL/SMS/2020.
PREGÃO PRESENCIAL SRP
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 9009 /CPL/SMS/2020.
PREGÃO PRESENCIAL SRP
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias .

6.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas as especificações do objeto do presente edital, desde que esteja formatada igual ao Formulário Oficial de Proposta, sendo irrelevante qualquer acréscimo.

12.12 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

12.12 – Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 – As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada conttenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega dos materiais será em até 5 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com o estipulado neste edital, sujeito a alterações conforme necessidade da Secretaria.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;



IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao inutiliza-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

12 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 – Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.



7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 – Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo



máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, e após finalização do teste de conformidade o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 – Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor por lote/unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor GLOBAL da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.18 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



9 – HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 – Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 – A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4. Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;



- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.2.3 Qualificação Econômico-Financeira

- 9.2.3.1 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



ILG = ou > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte formula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 – O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 – A licitante deverá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total efetivamente proposto.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituída no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4. – Qualificação Técnica para TODOS OS medicamentos (PSICOTRÓPICOS / CONTROLADOS):

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

9.2.4.2 – Licença Sanitária em nome da licitante expedida pela Vigilância Sanitária Estadual e \ ou Municipal.

9.2.4.3 – Alvará de Funcionamento expedido pelo Órgão competente da sede da licitante atualizado;

9.2.4.4 - Licença para comercialização de medicamentos em nome da licitante expedida pela agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).



9.2.4.5 – Caso a empresa não possua o termo de Licença Sanitária do ano corrente, serão aceitos protocolos de revalidação desde que seja apresentado o Termo de Licença Sanitária inicial, acompanhada de **TODOS** os protocolos de revalidação dos anos subsequentes ao da Licença primariamente concedida. Tal como, a publicação no Diário Oficial da União – DOU.

9.2.4.6. - Certificado de Regularidade Técnica do profissional farmacêutico fornecido pelo Conselho Regional de Farmácia da sede da licitante

9.2.5 – A qualificação técnica para atendimento EXCLUSIVAMENTE de medicamentos psicotrópicos (controlados) deverá ser complementada com:

a) Licença de Funcionamento / comercialização emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com prazo de validade vigente para o comercialização de medicamentos **psicotrópicos (controlados)**, **obrigatoriamente para os licitantes que cotarem medicamentos psicotrópicos / controlados**;

b) Certificado de Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do Registro, denominação do material e nome do fabricante. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União (cópia autenticada), e também obtidos no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br; **(somente para medicamentos psicotrópicos / controlados)**

c.1.) Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro ou protocolo do pedido de revalidação, implicará na desclassificação do item cotado, conseqüentemente na sua **NABILITAÇÃO** no certame;

c.2.) Os documentos emitidos pela ANVISA/Ministério da Saúde, Vigilância Municipal e Estadual, poderão ser analisados por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, podendo ser confirmados através de sites oficiais.

9.2.6 – Documentação Complementar

9.2.5.1 – Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui seu quadro funcional nenhum servidor público do Município de Paracambi, seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afinidade, até terceiro grau;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666/93.



- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

12 – IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Coronel Othon Nº 466 –Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2.1 O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.2. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

11.9 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.



12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 – O objeto será recebido na forma prevista no Termo de Referência (Anexo 06).

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, através de 3 (três) servidores designados.

13.4 – O atestado de recebimento definitivo somente será emitido quando da demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinada a ata de registro de preços e retirada a Nota de Empenho o prazo máximo de entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias, a contar da ordem de fornecimento conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Secretaria de Saúde, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pelo Secretário Municipal de Administração.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação



obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, DA Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.

15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.

15.14 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para item ou lote, observando-se o seguinte:

I – o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II – quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

15.15 – Havendo recusa na Assinatura da Ata de Registro de Preços é facultado ao MUNICÍPIO, independentemente da possibilidade de aplicação de sanção administrativa à licitante faltosa, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que seja assinada a referida Ata.

16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;



16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo de servidor (es) designado (s) pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pela Secretaria Municipal de Saúde não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 – A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
 - b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- 12) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- 12) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- 12) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 12) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 – A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

- 12) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações



urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 – A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – RESCISÃO

19.1 – A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0136 / 0266

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2101.10.302.00015.2105 / 2101.10.303.0015.2300

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – A **Secretaria Municipal de Saúde** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplados por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993, **observando-se o disposto no Termo de Referência (Anexo 06)**.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS



22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

22.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23 – ESTIMATIVA, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela **Secretaria Municipal de Saúde** em **R\$ 10.228.955,24 (Dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)**.

23.2 – O contrato poderá ser reajustado visando a adequação aos novos preços de mercado e a variação efetiva dos custos de produção, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, devendo a CONTRATADA apresentar, ainda, a demonstração analítica da variação dos componentes de custos, devidamente justificada.

23.3 – A contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

23.4 – Caso a contratada não solicite o reajuste no prazo estipulado no item, ocorrerá a preclusão do direito.

23.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo a CONTRATADA apresentar a demonstração analítica da variação dos componentes de custos.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25- DA PUBLICAÇÃO

25.1 – Este edital e seus anexos estarão à disposição no site da Prefeitura Municipal de Paracambi, na página da transparência, estando à disposição de qualquer pessoa interessada em sua consulta, sendo também publicado seu aviso no Diário Oficial do Município, do Estado e em Jornal de grande circulação

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 – É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrado tantos fornecedores quantos necessários para que em função da suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

26.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Coronel Othon Nº 0466 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 3693-3446 ou por email cplpmpparacambi@gmail.com.



26.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

26.6. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.7 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.8 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.9 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.10 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato.

26.11. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

25.11.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

25.11.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

25.11.3. Cadastro Inidôneas e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

26.12 – O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a ☐ inutilizá-los.

26 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte	A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte	B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo	1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo	2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo	3	-	Modelo de Declaração
Anexo	4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo	5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo	6	-	Termo de Referência
Anexo	7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo	8	-	Minuta do Contrato

Depto. De Licitações e Compras



ANEXO 1

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 7372/2019
Licitação n.º 9009 /CPL/FMS/2020

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL– SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA N.º:

E-MAIL:

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL (POR EXTENSO) : R\$ _____

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado



FORMULÁRIO ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MENOR VALOR UNIT. R\$	MENOR VALOR TOTAL R\$
1	Aciclovir 200mg		10000	0,50	5.000,00
2	Aciclovir 250mg solução injetável		5000	28,75	143.750,00
3	ACICLOVIR 5% - CREME 15G.		500	2,20	1.100,00
4	Acido acetilsalicílico 100 mg comp.		300000	0,04	12.996,00
5	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML		7200	2,40	17.280,00
6	Ácido Ascórbico 500mg comprimido		30000	0,26	7.800,00
7	Ácido Fólico 0,2 mg/mL - Solução Oral - Frasco 30 mL		4000	9,97	39.884,40
8	Ácido fólico 5mg (comprido)		30000	0,08	2.400,00
9	Ácidos Graxos essenciais associados com vitaminas A, e E, Loção oleosa, frasco 100ml		200	4,00	800,00
10	ácido tranexânico 50mg/ml - ampola		3000	5,29	15.873,00
11	ácido valpróico 250mg/5ml – frasco (psicotrópico)		1800	9,16	16.485,12
12	Acido valpróico 250mg (comprimido) - (psicotrópico)		72000	0,30	21.600,00
13	Ácido valpróico 500mg (comprimido) - (psicotrópico)		54000	0,68	36.720,00
14	Água destilada 10ml (ampola)		20000	0,41	8.185,00
15	Água Destilada, solução injetável 100ml		3000	4,68	14.040,00
16	Água Destilada, solução injetável 500ml		3000	4,84	14.520,00
17	Albendazol 400mg - comprimido		4200	0,86	3.609,06
18	Albendazol 40mg/ml suspensão oral (frasco)		900	1,86	1.674,54
19	Albumina Humana 20%(200mg/ml) - ampola		48	136,64	6.558,72
20	Alendronato de sódio 70 mg comp.		4800	1,56	7.488,00
21	Alopurinol 100mg (comprimido)		18000	0,19	3.402,90
22	Alteplase 50mg/ml - ampola		100	3.100,00	310.000,00
23	ambroxol 3mg/5ml - frasco		4200	3,25	13.650,00
24	ambroxol 6mg/5ml - frasco		5400	5,25	28.350,00
25	Aminofilina 100mg (comprimido)		12000	0,07	891,36
26	Aminofilina 24mg (ampola)		1500	0,92	1.379,70
27	Amiodarona 200mg (comprimido)		18000	1,18	21.216,24
28	Amiodarona 50mg/ml (ampola)		1800	1,74	3.128,58
29	Amitriptilina 25mg (comprimido) - (psicotrópico)		182000	0,20	36.400,00
30	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 100mg - ampola		3500	57,97	202.881,00
31	Amoxicilina 500mg + clavulanato de		14500	2,72	39.440,00



	potássio125mg (comprimido)				
32	Amoxicilina 500mg (comprimido)		48000	0,30	14.400,00
33	Amoxicilina 50mg + clavulanato de potássio12,5mg suspensão (frasco)		1000	27,53	27.530,00
34	Amoxicilina 50mg/ml suspensão		3200	7,72	24.691,84
35	Ampicilina 1g (ampola)		12000	5,05	60.600,00
36	Anlodipino 10mg (comprimido)		72000	0,18	12.960,00
37	Anlodipino Bensilato 5mg - comprimido		60000	0,07	4.200,00
38	Atenolol 25mg (comprimido)		300000	0,10	30.000,00
39	Atenolol 50 mg - comprimido		150000	0,15	22.500,00
40	Atropina 0,25 mg/ml (ampola)		1200	0,43	516,90
41	Azitromicina 500 mg - comprimido		25000	5,37	134.200,00
42	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 20MG/5ML (15ML) PÓ PARA SUSPENSÃO.		500	18,46	9.228,00
43	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI - ampola		20000	11,36	227.132,00
44	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI - ampola		8000	9,63	77.043,20
45	Benzilpenicilina Cristalina 5.000.000 UI (ampola)		1500	7,78	11.671,80
46	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica 300.000 UI + 100.000 UI - ampola		1500	4,59	6.880,65
47	Benzoato de Benzila 205 MG/ML Emulsão Tópica 100ml		800	11,37	9.096,00
48	Bicabornato de sódio 8,4% (ampola)		1000	0,61	614,40
49	Biperideno 2mg (comprimido) - (psicotrópico)		72000	0,21	15.260,40
50	Biperideno lactato 05mg/ml ampola - (psicotrópico)		150	1,92	287,88
51	Bisacodil 5mg (comprimido)		600	0,25	150,30
52	Bromazepam 3mg (comprimido) - (psicotrópico)		59000	0,25	14.750,00
53	Bromazepam 6mg (comprimido) - (psicotrópico)		53000	0,27	14.310,00
54	bromoprida 10mg/2ml - ampola		15000	3,05	45.711,00
55	Bromoprida 10mg (comprimido)		12000	0,49	5.827,05
56	Bromoprida 4mg/ml gotas (frasco)		800	2,30	1.840,00
57	BUDESONIDA 0,32 MCG/DOSE SOLUÇÃO NASAL 60 DOSES		300	24,57	7.371,00
58	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 8% - SOLUÇÃO INJETAVEL 4ML		1200	6,06	7.270,80
59	Cabergolina 0,5mg comprimidos		300	21,16	6.348,00
60	Captopril 25mg (comprimido)		360000	0,07	25.200,00
61	Carbamazepina 200mg (comprimido) - (psicotrópico)		375000	0,44	164.422,50
62	Carbamazepina 20mg/ml suspensão oral (frasco) - (psicotrópico)		2500	15,10	37.750,00
63	Carbonato de Cálcio 500 mg - comprimido		12000	0,25	3.000,00
64	Carbonato de Cálcio 500 mg + Vit. D 400 UI - comprimido		12000	0,88	10.509,32
65	Carbonato de Lítio 300mg (comprimidos) -- (psicotrópico)		26000	0,35	9.067,76
66	Carvão Vegetal Ativado 250mg (comprimido)		500	1,04	520,00
67	Carvedilol 12,5mg (comprimido)		120000	0,33	39.600,00
68	Carvedilol 25 mg - comprimido		3000	0,33	990,00



69	Carvedilol 3,125mg (comprimido)		130000	0,29	37.700,00
70	Cefalexina 500mg (comprimido)		35000	0,55	19.250,00
71	Cefalexina 50mg/ml - pó suspensão oral (frasco 60ml)		1500	15,53	23.295,00
72	Cefalexina 50mg/ml - suspensão oral 100ml		1500	22,65	33.975,00
73	Cefalotina Sódica 1g - frasco/ampola		1200	8,05	9.659,04
74	Ceftriaxona Sódica 1g - frasco/ampola		12000	57,39	688.713,60
75	Cetamina 50mg/ml Solução injetável 10ml - (psicotrópico)		1220	80,94	98.749,24
76	Cetoconazol 2% (XAMPU) 100ml		600	36,73	22.038,00
77	CETOPROFENO 100 MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL		7200	9,71	69.887,52
78	Cianocobalamina 1000mg/ml Solução injetável 10ml		1000	9,13	9.130,00
79	Cinarizina 75mg (comprimido)		50000	0,45	22.466,67
80	Ciprofloxacino 200mg/100ml (frasco)		7200	82,08	590.976,00
81	Ciprofloxacino 500mg (comprimido)		48000	0,63	30.240,00
82	Claritromicina 50mg/ml pó para Suspensão 60ml		1000	64,10	64.100,00
83	CLINDAMICINA, FOSFATO 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML		4800	10,45	50.160,00
84	Clomipramina 25mg (comprimido) - (psicotrópico)		12000	1,02	12.198,00
85	Clonazepam 2,5mg/ml solução oral (frasco) - (psicotrópico)		620	5,26	3.261,20
86	Clonazepam 0,5 mg – comprimido - (psicotrópico)		4000	0,17	680,00
87	Clonazepam 2 mg comp. - (psicotrópico)		300000	0,15	45.000,00
88	Clopidogrel 75 mg - comprimido		2500	0,73	1.825,00
89	CLORETO DE POTÁSSIO 19,10 SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML		1000	0,46	460,00
90	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - 100ml sistema fechado		12000	3,50	42.000,00
91	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 1000ml)		1200	8,12	9.745,00
92	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 250ml)		24000	4,98	119.496,00
93	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 500ml)		40000	5,97	238.866,67
94	Cloreto de Sódio 0,9% solução nasal 30ml		1000	1,40	1.400,00
95	Cloreto de sódio 10ml 20% (ampola)		1000	0,61	606,40
96	Cloridrato de Esmolol 10 mg/mL solução injetável.		240	323,95	77.746,80
97	Cloridrato de Fenilefrina - Solução Injetável - 10 mg/ml		240	9,24	2.217,02
98	Clorpromazina 100mg (comprimido) - (psicotrópico)		300000	0,27	80.580,00
99	Clorpromazina 25 mg/mL - (psicotrópico)		55000	1,42	77.913,00
100	Clorpromazina 5mg/ml (ampola) - (psicotrópico)		800	1,42	1.133,28
101	Codergocrina 0,3mg/ml (ampola)		600	27,21	16.326,00
102	Colagenase + cloranfenicol 0,6ui/g + 0,01g/g - bisnaga		6000	24,75	148.500,00
103	Deslanosídeo 0,2mg (ampola)		1200	1,60	1.920,00
104	Dexametasona 0,1% creme		3500	2,97	10.395,00
105	Dexametasona 0,1mg/ml elixir - frasco		1300	3,03	3.939,00
106	Dexametasona 1mg solução oftálmica 5ml		150	6,30	945,00



107	Dexametasona 4mg comprimido		3000	0,87	2.606,10
108	Dexametasona 4mg/ml (ampola)		25000	2,06	51.500,00
109	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml solução frasco 100ml		1200	2,48	2.976,00
110	Dexclorfeniramina 2mg (comprimido)		18000	0,19	3.420,00
111	Dexmedetomidina, Cloridrato 100mcg/ml Solução injetável 2ml - - (psicotrópico)		1000	111,08	111.084,00
112	Diazepam 10 mg (comprimido) - (psicotrópico)		300000	0,18	54.000,00
113	Diazepam 5 mg (comprimido) - (psicotrópico)		30000	0,14	4.200,00
114	Diazepam 5 mg/ml Solução injetável 2ml- (psicotrópico)		5000	0,58	2.898,50
115	Diclofenaco de sódio 50mg (comprimido)		70000	0,07	4.900,00
116	Diclofenaco sal sódico 75mg/3ml - ampola		18000	0,95	17.103,60
117	Digoxina 0,25mg (comprimido)		30000	0,08	2.379,60
118	Dipirona 500mg (comprimido)		200000	0,38	76.000,00
119	Dipirona sódica 500mg/2ml - ampola		40000	1,11	44.308,00
120	Dipirona sódica 500mg/ml frasco 10ml		2400	1,78	4.272,00
121	Dobutamina 250mg/20ml (ampola)		600	23,82	14.293,08
122	Dopamina, Cloridrato 5mg/ml Solução injetável 10 ml		600	1,33	796,20
123	doxiciclina 100mg - comprimido		1000	0,33	330,00
124	Efedrina, Sulfato 50mg/ml Solução injetável 1ml -- (psicotrópico).		6000	6,85	41.100,00
125	Enalapril 10mg (comprimido)		150000	0,09	13.500,00
126	Enalapril 20 mg - comprimido		5000	0,11	550,00
127	Enflurano Líquido Inalante 100ml - (psicotrópico)		20	275,68	5.513,60
128	ENLAPRIL, MALEATO 5 MG COMPRIMIDO		5000	0,07	345,10
129	Enoxaparina 40mg/0,4ml seringa pré-enchida		800	38,00	30.400,00
130	Enoxaparina Sódica 60 mg/0,6 ml - seringa		800	62,65	50.118,40
131	Epinefrina 1mg/ml (ampola)		3300	1,90	6.281,88
132	Eritromicina, Estearato 500mg (Cápsula)		1500	0,97	1.449,00
133	Eritromicina, Estearato 50mg/ml Suspensão oral 60ml		150	6,58	987,39
134	Ertapenem Sódico 1g pó liofilizado para solução injetável		1000	387,08	387.080,00
135	Escopolamina Brometo + Dipirona, 100mg+250mg (comprimido)		80000	0,57	45.289,60
136	Escopolamina brometo+dipirona 4mg/ml + 500mg/ml - ampola		16000	1,74	27.904,00
137	Escopolamina, Butilbrometo 20mg/ml Solução injetável 1ml		4000	1,14	4.561,20
138	Espironolactona 25mg (comprimido)		70000	0,34	23.800,00
139	Etilefrina 10mg/1ml (ampola)		1000	1,18	1.178,33
140	ETOMIDATO - injetavel 20mg/10ml. - (psicotrópico)		600	20,03	12.018,24
141	Fenitoína 100mg (comprimido) - (psicotrópico)		45000	0,20	9.135,00
142	Fenitoína 50 mg/ml (ampola) - (psicotrópico)		2000	2,52	5.042,22
143	Fenobarbital 100mg (comprimido) - (psicotrópico)		80000	0,22	17.608,00
144	Fenobarbital 40mg/ml gotas - (psicotrópico)		400	4,49	1.796,00
145	Fenobarbital sódico 100mg/ml (ampola) - (psicotrópico)		500	1,29	645,92



146	Fenoterol Bromidrato - solução para inalação - frasco 20ml		1300	2,59	3.371,16
147	Fentanila citrato 0,05mg/ml Solução injetável 5ml - (psicotrópico)		800	37,14	29.708,80
148	Ferripolimaltose 100mg (Ferro II) Solução injetável 5ml		100	10,00	1.000,00
149	Fitomenadiona (Vitamina K) - Ampola		1500	1,18	1.763,70
150	Fluconazol 10mg Suspensão Injetável 100ml		500	27,50	13.750,00
151	Fluconazol 150mg (comprimido)		6000	0,83	4.980,00
152	Flufenazina Enantato 25mg/ml – ampola - (psicotrópico)		450	4,49	2.021,31
153	Flumazenil 0,1 mg/mL c/ 5 mL – Ampola - (psicotrópico)		120	17,23	2.067,60
154	Fluoxetina 20mg (comprimido) - (psicotrópico)		150000	0,10	15.000,00
155	Furosemida 10mg/ml (ampola)		20000	0,75	15.028,00
156	Furosemida 40mg (comprimido)		180000	0,23	41.400,00
157	Gentamicina 40mg/2ml - ampola		3000	1,95	5.850,00
158	Gentamicina, Sulfato 5mg/ml Solução oftálmica 5ml		100	8,18	818,00
159	Glibenclamida 05mg (comprimido)		180000	0,05	9.000,00
160	Glicerol 12% Enema 500ml Sistema Fechado		1000	5,77	5.771,25
161	Glicerol 95% Infantil Supositório		600	1,60	960,00
162	Gliclazida 60mg comprimido de Liberação prolongada		100000	1,82	182.166,67
163	Gliconato de Cálcio 10% Solução injetável 10ml		600	1,67	999,78
164	Glicose 50% Solução Injetável 10ml		15000	0,64	9.654,75
165	Glicose 5% Solução Injetável 250ml Sistema fechado		1800	5,19	9.350,55
166	Glicose 5% Solução Injetável 500ml Sistema fechado		1500	6,79	10.185,00
167	Haloperidol 1mg (comprimido) - (psicotrópico)		35000	0,14	5.013,75
168	Haloperidol 5mg (comprimido) - (psicotrópico)		200000	0,24	48.480,00
169	Haloperidol 5mg/ml (ampola) - (psicotrópico)		6200	2,33	14.446,00
170	Haloperidol, sal Decanoato 50 mg/ml – ampola - (psicotrópico)		2600	15,24	39.622,96
171	Heparina sódica 5.000 UI/ml (ampola)		700	9,58	6.707,12
172	Hidralazina, Cloridrato 20mg/ml Solução injetável		12000	4,73	56.709,60
173	Hidralazina, Cloridrato 25mg (Comprimidos)		36000	0,26	9.432,00
174	Hidralazina, Cloridrato 50mg (Comprimidos)		10000	0,37	3.650,00
175	Hidroclorotiazida 25mg (comprimido)		300000	0,08	24.000,00
176	Hidrocortisona, Acetato 10mg/g Creme 15g		500	16,10	8.050,00
177	Hidrocortisona, Succinato sódico 100mg pó para Solução injetável		5000	5,28	26.398,00
178	Hidrocortisona, Succinato sódico 500mg pó para Solução injetável		10000	12,12	121.198,00
179	hidróxido de alumínio 61,5mg/ml - frasco		800	4,32	3.456,00
180	ibuprofeno 50mg/ml - frasco		800	6,88	5.504,00
181	Ibuprofeno 600mg - comprimido		80000	0,63	50.750,40
182	Imipramina 25mg (comprimido) - (psicotrópico)		100000	0,36	35.620,00
183	Imunoglobulina anti-rho (D) 250mcg Solução injetável		30	220,05	6.601,50
184	ipatrópio brometo 0,25mg/ml - frasco		1800	2,18	3.924,00



185	Isossorbida 40mg (comprimido)		80000	0,52	41.440,00
186	Isossorbida dinitrato 5mg, sublingual (comprimido)		3000	0,26	773,00
187	Isossorbida, Mononitrato 20 mg - comprimido		120000	0,26	31.680,00
188	Itraconazol 100mg (cápsula)		6000	2,34	14.040,00
189	Ivermectina 6mg (comprimido)		5000	3,30	16.479,80
190	Lactulose 667mg/ml Solução oral 120ml		500	9,40	4.700,00
191	Levodopa 200mg + benserazida 50mg (comprimido) - (psicotrópico)	I	5000	1,79	8.955,00
192	LEVOFLOXACINO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 100ML		2000	45,98	91.960,00
193	Levomepromazina 100mg (comprimido) - (psicotrópico)	I	130000	0,84	108.712,50
194	Levomepromazina 25mg (comprimido) - (psicotrópico)	I	70000	0,88	61.600,00
195	Levotiroxina sódica 25mcg (comprimido)		100000	0,17	17.066,67
196	Levotiroxina Sódica 50 mcg - comprimido		100000	0,19	18.900,00
197	Lidocaína 10% spray		36	111,09	3.999,24
198	LIDOCAINA 20MG/ML (20%) - COM VASOCONSTRICTOR		7000	12,43	87.038,00
199	LIDOCAINA 20MG/ML (20%) - SEM VASOCONSTRICTOR		7000	4,19	29.302,00
200	Lidocaína 2% geléia		2500	7,29	18.236,75
201	LIDOCAINA 5% + GLICOSE 7,25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL (LIDOCAINA PESADA) - 2ML		1800	4,80	8.646,12
202	Loratadina 10mg (comprimido)		10000	0,22	2.200,00
203	Loratadina 1mg/ml xarope frasco 100ml		600	5,18	3.108,00
204	Losartana Potássica 50mg (comprimido)		300000	0,21	63.000,00
205	Magnésio Sulfato 10% - ampola		10000	0,87	8.742,50
206	MÁGNÉSIO, SULFATO 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML		10000	5,91	59.079,50
207	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML SISTEMA FECHADO		60	8,78	526,80
208	MEROPENÉM 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL		5000	52,25	261.250,00
209	Metformina 500mg (comprimido)		200000	0,18	36.485,00
210	Metformina 850 mg (comprimido)		200000	0,19	38.415,00
211	Metildopa 250mg (comprimido)		100000	0,56	56.400,00
212	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML		6000	2,14	12.846,00
213	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 8ML		100	26,47	2.647,30
214	Metoclopramida 10mg (comprimido)		6000	0,38	2.285,76
215	Metoclopramida cloridrato 4mg/ml - solução oral (frasco 10ml)		500	1,94	971,15
216	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML		8000	1,12	8.960,00
217	Metoprolol 25 mg - comprimido		8000	0,71	5.682,67
218	Metoprolol 50 mg - comprimido		8000	1,43	11.401,33
219	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML		20	27,37	547,46
220	metronidazol 10% 100mg/g - bisnaga		1200	20,19	24.228,00
221	Metronidazol 250mg (comprimido)		5000	0,16	823,92
222	Metronidazol 5mg/ml (ampola)		3600	5,23	18.828,00
223	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML		50	15,17	758,50



224	Metropolol 5mg - ampola		20	27,37	547,46
225	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL 80 G		1500	7,32	10.984,50
226	Midazolam 50mg/10ml – ampola - (psicotrópico)		1500	23,88	35.826,45
227	MISOPROSTOL 200 MCG COMPRIMIDO - (psicotrópico)		12000	37,05	444.628,80
228	MISOPROSTOL 25 MCG COMPRIMIDO - (psicotrópico)		12000	8,42	101.078,40
229	Morfina 10mg/ml (ampola) - (psicotrópico)		1500	6,12	9.180,00
230	Naloxona 0,4 mg/mL – Ampola - (psicotrópico)		120	6,95	834,12
231	Neomicina + Bacitracina 5mg/g + 250UI/g - bisnaga		3500	5,57	19.497,10
232	Nifedipino 10mg - comprimidos		100000	0,14	14.000,00
233	Nifedipino 20mg (comprimido)		70000	0,16	11.200,00
234	Nimodipina 30mg (comprimido)		100000	0,46	46.000,00
235	Nistatina 100.000 UI 50ml (frasco)		800	6,26	5.009,92
236	VITELINATO DE PRATA 10MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML		200	9,17	1.834,00
237	Nitroglicerina 5mg/ml - ampola		600	28,68	17.208,00
238	Nitroprussiato de sódio 25mg/ml - ampola		100	25,24	2.524,00
239	Norepinefrina 2mg/ml - ampola		1200	10,13	12.154,80
240	OCITOCINA 5 UI/ML UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML		15000	1,56	23.406,00
241	Óleo Mineral 100% - frasco 100ml		700	3,40	2.380,00
242	Omeprazol 20 mg (comprimido)		240000	0,14	33.600,00
243	Omeprazol 40mg/ml (ampola)		3000	38,49	115.458,00
244	Oxcarbazepina 300mg (comprimido) - (psicotrópico)		40000	1,28	51.320,00
245	ÓXIDO DE ZINCO + COLECALCIFEROL + RETINOL 100+1000+400MG+UI/G POMADA 45G		600	4,62	2.772,00
246	OXITOCINA 5 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	EXCLUIR	2000	1,56	3.120,80
247	Paracetamol 200mg/ml gts		2400	2,64	6.337,92
248	PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO		12000	0,13	1.549,92
249	Pentoxifilina 400 mg (comprimido)		60000	2,04	122.580,00
250	Periciazina 10mg (comprimido) - (psicotrópico)		5000	0,38	1.922,50
251	Periciazina 1% Frasco c/ 20 mL - (psicotrópico)		350	7,91	2.768,50
252	Periciazina 4% - Frasco c/ 20 mL - (psicotrópico)		200	15,32	3.064,00
253	Prednisolona 3 mg/mL - Solução Oral - Frasco 60 mL		700	11,33	7.933,66
254	Prednisona 20mg (comprimido)		40000	0,43	17.200,00
255	Prednisona 5mg - comprimido		36200	0,19	6.878,00
256	Prometazina 25 mg Comprimido)		300000	0,28	84.000,00
257	Prometazina 25mg/ml (ampola)		11000	0,28	3.080,00
258	PROPILOTIOURACILA 100 MG COMPRIMIDO		3000	0,61	1.827,00
259	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 10 ML - (psicotrópico)		1000	24,43	24.430,00
260	Propranolol 40mg (comprimido)		120000	0,12	14.400,00
261	Ranitidina 150 mg (comprimido)		200000	1,58	316.000,00
262	Ranitidina 15mg/ml - solução		500	20,26	10.130,00
263	Ranitidina 25mg/ml - ampola		25000	1,37	34.250,00



264	RINGER LACTATO SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 ML SISTEMA FECHADO		4500	6,52	29.322,00
265	Risperidona 01mg (comprimido) - (psicotrópico)		20000	0,20	4.000,00
266	Risperidona 2 mg (comprimido) - (psicotrópico)		180000	0,50	90.000,00
267	ROPIVACAÍNA, CLORIDRATO 7,5% SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML		100	12,93	1.293,00
268	Sais para reidratação oral, pó composto por: cloreto de sódio 3,5g + glicose 20g + citrato de sódio 2,9g + cloreto de potássio 1,5g - para 1.000ml de solução pronta, segundo padrão.		1000	0,88	880,00
269	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL		6000	1,20	7.214,40
270	SALBUTAMOL SULFATO 100MCG/DOSE AEROSOL 200 DOSES		550	24,25	13.337,50
271	SEVOFLURANO 1 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 100 ML - (psicotrópico)		20	474,36	9.487,20
272	Simeticona 40mg - comprimido		30000	0,30	8.941,00
273	Simeticona 75mg/ml - frasco		2000	3,24	6.480,00
274	Sinvastatina 10mg (comprimido)		1000	0,47	470,00
275	Sinvastatina 20 mg (comprimido)		240000	0,15	36.000,00
276	Sinvastatina 40 mg comp.		200000	0,40	80.000,00
277	Sulfadiazina de Prata 10mg/g - bisnaga 100g		5000	37,81	189.050,00
278	Sulfametoxazol 400mg + trimetropina 80mg (comprimido)		20000	0,26	5.200,00
279	Sulfametoxazol 80mg/ml + trimetropina 16mg/ml (ampola)		1200	2,85	3.420,24
280	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML		600	2,56	1.536,00
281	SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML		4000	1,67	6.680,00
282	Sulfato ferroso 40 mg (comprimido)		180000	0,10	18.000,00
283	Suxametônio 100mg - ampola		10	18,91	189,10
284	TENOXICAM 20 MG injetavel		7200	9,56	68.808,96
285	Tiamina cloridrato 300mg (comprimido)		25000	0,61	15.250,00
286	TIMOLOL, MALEATO 0,25% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML		100	2,00	200,00
287	Tiopental 1g - ampola - (psicotrópico)		150	30,29	4.543,38
288	Tioridazina 100mg (comprimido) - (psicotrópico)		35000	1,26	44.047,50
289	Tioridazina 25mg (comprimido) - (psicotrópico)		15000	0,57	8.602,50
290	Tioridazina 50 mg (comprimido) - (psicotrópico)		40000	0,69	27.600,00
291	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML - (psicotrópico)		8000	1,76	14.080,00
292	Varfarina Sódica 5 mg - comprimido		8000	0,35	2.829,33
293	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG COMPRIMIDO		8000	0,24	1.920,00
294	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B4 B5 B6) DRÁGEA		72000	0,10	7.200,00
295	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B5 B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML		11000	0,80	8.762,60
296	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B5 B6) SOLUÇÃO ORAL 30 ML		200	3,75	750,00
				MENOR VALOR	R\$ 10.228.955,24



				TOTAL	
--	--	--	--	-------	--

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 10.228.955,24 (Dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____,
DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade
Pregão Presencial nº /CPL/FMS/2020.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº

/CPL/FMS/2020 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL /CPL/FMS/2020

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ /CPL/FMS/2020

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 030/2020/SEMUS

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta licitação o Registro de Preços, consignado em Ata, para aquisição de Medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com entrega para o Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça e Farmácia Central do Município para distribuição gratuita à população, de acordo com as especificações da Tabela CMED e condições constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Trata-se de Medicamentos a serem utilizados no Hospital do Município e Farmácia Central, solicitados de acordo com a estimativa média de consumo destes, com a devida autorização e aprovação da Autoridade competente. Para efeito de aquisição, prevalecerá, aquele que apresentar o menor valor, constante da Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), para medicamentos não constantes nessa Tabela, o percentual único de desconto sobre a TABELA DO FABRICANTE, incluídos em ambas as taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, impostos e demais encargos. A aquisição dos medicamentos se dará devido à necessidade da garantia de tratamento medicamentoso aos pacientes em acompanhamento/tratamento médico pelo SUS. Garantindo assim a não interrupção do tratamento aos pacientes acompanhados por esta municipalidade.

2.2. **Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93.**

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A LICITANTE submeterá amostra do objeto, quando do procedimento licitatório após a fase de julgamento das propostas, e a empresa detentora do melhor preço deverá fornecer **os insumos farmacológicos para análise da Coordenação de Assistência Farmacêutica**, com a **finalidade de aprovação da qualidade e das especificações constantes deste instrumento**, e posteriormente homologação do objeto;

3.2. A entrega do objeto deverá ser feita na Sede da CONTRATANTE, quando for solicitada.

3.3. A qualificação técnica para atendimento dos medicamentos **psicotrópicos** deverão estar de acordo com:

- a) Alvará de Funcionamento expedido pelo Órgão competente da sede da licitante;
- b) Autorização de Funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com prazo de validade vigente;
- c) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual ou Municipal atualizada;
- d) **Autorização Especial de Funcionamento para psicotrópicos, obrigatoriamente para os licitantes que cotarem medicamentos psicotrópicos;**
- e) Certificado de Regularidade Técnica do profissional farmacêutico fornecido pelo Conselho Regional de Farmácia da sede da licitante.
- f) Certificado de Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do Registro, denominação do material e nome do fabricante. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União (cópia autenticada), e também obtidos no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br;

¹f) Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro ou protocolo do pedido de revalidação, implicará na desclassificação do item cotado, conseqüentemente na sua **INABILITAÇÃO** no certame;



²f) O licitante deverá indicar nos registros da ANVISA enviados, o número do item cotado na Planilha de Especificações – (Proposta de Preços), a que se refere. Caso seja cópia do Diário Oficial da União – DOU, além da identificação do item, o licitante deverá marcar o local onde está a informação do registro;

³f) Os documentos emitidos pela ANVISA/Ministério da Saúde, Vigilância Municipal e Estadual, poderão ser analisados por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, podendo ser confirmados através de sites oficiais.

3.4. Os documentos cujo prazo de validade não estiver especificado no próprio instrumento ou em legislação própria terão validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da expedição.

4. QUANTITATIVO

4.1. No **ANEXO I**, encontra-se a planilha dos itens referidos de forma a permitir a visualização da especificação e quantitativo geral ANUAL ora licitado; totalizando 296 (duzentos e noventa e seis) fármacos.

5. PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO MATERIAL.

5.1. A nota de empenho será emitida pela CONTRATANTE, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4482/2017.

5.2. O prazo de entrega do medicamento é de no máximo 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de serviço, salvo em condições previamente justificadas.

5.3. Os medicamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde, localizado na Rua Sebastião de Lacerda S/N - Centro - Paracambi, de acordo com suas necessidades, das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

5.4. Os custos da substituição do medicamento rejeitado, por motivo de defeito ou desacordo com as especificações, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;

5.5. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a CONTRATADA às sanções legais cabíveis;

5.6. O recebimento dar-se-á após a verificação da conformidade com a especificação constante neste Termo de Referência, pela CONTRATANTE.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto n.º 5.450/05, da Lei n.º 10.520/02 e subsidiariamente da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:

6.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

6.1.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

6.1.3. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o medicamento no qual forem constatados incorreção ou qualquer dano, em até 5 (cinco) dias;

6.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

6.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa de licitação;

6.1.6. Entregar o material devidamente embalado de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE, incluindo a contagem do material entregue;

6.1.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

6.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste objeto;



6.1.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados pela CONTRATANTE.

6.1.10. Fornecer juntamente com a entrega dos medicamentos toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

6.1.11. Caso haja alteração na qualidade do objeto, evidenciada pela CONTRATADA, prejudicando o que foi pactuado, o contrato poderá ser interrompido, cabendo ao órgão avaliar sobre a continuidade do contrato;

6.1.12. Cabe à CONTRATADA prestar informações a respeito das medidas necessárias para melhor conservação dos medicamentos;

6.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

6.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa fornecer os medicamentos de acordo com as determinações da CONTRATANTE, especialmente deste Termo;

7.1.2. Fornecer a listagem do material e os dados para a entrega temporal do objeto;

7.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

7.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) medicamento (s) entregues fora da especificação ou com problemas técnicos;

7.1.7. Receber os itens, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e atestando seu recebimento;

7.1.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

7.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

7.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização do fornecimento do medicamento será exercida por servidor nomeado pela CONTRATANTE;

8.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;

8.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;



9.1.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

9.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer material entregue sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

9.4. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação ao fornecimento do material, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela CONTRATADA, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

10.2. No caso de atraso injustificado, assim considerado a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de: 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida; 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois (2) anos.

10.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades supramencionadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura.

12. PROPOSTA

12.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo correrão pelo Orçamento da SEMUS no exercício de 2020, e serão alocados pela Diretoria de Orçamento e Finanças do Fundo Municipal de Saúde.

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte	Código Reduzido
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.30.00.00.00.00	0266	363
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.30.00.00.00.00	0084	2357
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.30.00.00.00.00	0136	2358
21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.30.00.00.00.00	0266	309
21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.30.00.00.00.00	0084	2349
21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.30.00.00.00.00	0136	2350
21.01.10.303.0015.2300	3.3.90.30.00.00.00.00	0266	395
21.01.10.303.0015.2300	3.3.90.30.00.00.00.00	0084	393
21.01.10.303.0015.2300	3.3.90.30.00.00.00.00	0136	397

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços;



14.2. O CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

Paracambi, 26 de agosto de 2020.

Elaborado por:

MURILO DA SILVA CARAVANA

Diretoria de Compras/FMS

De acordo:

DAYANA FRANCO HENRIQUE

Diretora de Compras/FMS

GABINETE DO SECRETÁRIO, 26 DE AGOSTO DE 2020.

1- Ciente;

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



ANEXO I

	DESCRIÇÃO	Unidade	TOTAL
1	Aciclovir 200mg	Unidade	10000
2	Aciclovir 250mg solução injetável	Unidade	5000
3	ACICLOVIR 5% - CREME 15G.	Unidade	500
4	Acido acetilsalicílico 100 mg comp.	Unidade	300000
5	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML	Unidade	7200
6	Ácido Ascórbico 500mg comprimido	Unidade	30000
7	Ácido Fólico 0,2 mg/mL - Solução Oral - Frasco 30 mL	Unidade	4000
8	Ácido fólico 5mg (comprido)	Unidade	30000
9	Ácidos Graxos essenciais associados com vitaminas A, e E, Loção oleosa, frasco 100ml	Unidade	200
10	ácido tranexânico 50mg/ml - ampola	Unidade	3000
11	ácido valpróico 250mg/5ml - frasco	Unidade	1800
12	Ácido valpróico 250mg (comprimido)	Unidade	72000
13	Ácido valpróico 500mg (comprimido)	Unidade	54000
14	Água destilada 10ml (ampola)	Unidade	20000
15	Água Destilada, solução injetável 100ml	Unidade	3000
16	Água Destilada, solução injetável 500ml	Unidade	3000
17	Albendazol 400mg - comprimido	Unidade	4200
18	Albendazol 40mg/ml suspensão oral (frasco)	Unidade	900
19	Albumina Humana 20%(200mg/ml) - ampola	Unidade	48
20	Alendronato de sódio 70 mg comp.	Unidade	4800
21	Alopurinol 100mg (comprimido)	Unidade	18000
22	Alteplase 50mg/ml - ampola	Unidade	100
23	ambroxol 3mg/5ml - frasco	Unidade	4200
24	ambroxol 6mg/5ml - frasco	Unidade	5400
25	Aminofilina 100mg (comprimido)	Unidade	12000
26	Aminofilina 24mg (ampola)	Unidade	1500
27	Amiodarona 200mg (comprimido)	Unidade	18000



28	Amiodarona 50mg/ml (ampola)	Unidade	1800
29	Amitriptilina 25mg (comprimido)	Unidade	182000
30	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 100mg - ampola	Unidade	3500
31	Amoxicilina 500mg + clavulanato de potássio125mg (comprimido)	Unidade	14500
32	Amoxicilina 500mg (comprimido)	Unidade	48000
33	Amoxicilina 50mg + clavulanato de potássio12,5mg suspensão (frasco)	Unidade	1000
34	Amoxicilina 50mg/ml suspensão	Unidade	3200
35	Ampicilina 1g (ampola)	Unidade	12000
36	Anlodipino 10mg (comprimido)	Unidade	72000
37	Anlodipino Bensilato 5mg - comprimido	Unidade	60000
38	Atenolol 25mg (comprimido)	Unidade	300000
39	Atenolol 50 mg - comprimido	Unidade	150000
40	Atropina 0,25 mg/ml (ampola)	Unidade	1200
41	Azitromicina 500 mg - comprimido	Unidade	25000
42	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 20MG/5ML (15ML) PÓ PARA SUSPENSÃO.	Unidade	500
43	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI - ampola	Unidade	20000
44	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI - ampola	Unidade	8000
45	Benzilpenicilina Cristalina 5.000.000 UI (ampola)	Unidade	1500
46	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica 300.000 UI + 100.000 UI - ampola	Unidade	1500
47	Benzoato de Benzila 205 MG/ML Emulsão Tópica 100ml	Unidade	800
48	Bicabornato de sódio 8,4% (ampola)	Unidade	1000
49	Biperideno 2mg (comprimido)	Unidade	72000
50	Biperideno lactato 05mg/ml ampola	Unidade	150
51	Bisacodil 5mg (comprimido)	Unidade	600
52	Bromazepam 3mg (comprimido)	Unidade	59000
53	Bromazepam 6mg (comprimido)	Unidade	53000
54	bromoprida 10mg/2ml - ampola	Unidade	15000
55	Bromoprida 10mg (comprimido)	Unidade	12000
56	Bromoprida 4mg/ml gotas (frasco)	Unidade	800
57	BUDESONIDA 0,32 MCG/DOSE SOLUÇÃO NASAL 60 DOSES	Unidade	300
58	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 8% - SOLUÇÃO INJETAVEL 4ML	Unidade	1200
59	Cabergolina 0,5mg comprimidos	Unidade	300
60	Captopril 25mg (comprimido)	Unidade	360000
61	Carbamazepina 200mg (comprimido)	Unidade	375000
62	Carbamazepina 20mg/ml suspensão oral (frasco)	Unidade	2500
63	Carbonato de Cálcio 500 mg - comprimido	Unidade	12000
64	Carbonato de Cálcio 500 mg + Vit. D 400 UI - comprimido	Unidade	12000
65	Carbonato de Lítio 300mg (comprimidos)	Unidade	26000



66	Carvão Vegetal Ativado 250mg (comprimido)	Unidade	500
67	Carvedilol 12,5mg (comprimido)	Unidade	120000
68	Carvedilol 25 mg - comprimido	Unidade	3000
69	Carvedilol 3,125mg (comprimido)	Unidade	130000
70	Cefalexina 500mg (comprimido)	Unidade	35000
71	Cefalexina 50mg/ml - pó suspensão oral (frasco 60ml)	Unidade	1500
72	Cefalexina 50mg/ml - suspensão oral 100ml	Unidade	1500
73	Cefalotina Sódica 1g - frasco/ampola	Unidade	1200
74	Ceftriaxona Sódica 1g - frasco/ampola	Unidade	12000
75	Cetamina 50mg/ml Solução injetável 10ml	Unidade	1220
76	Cetoconazol 2% (XAMPU) 100ml	Unidade	600
77	CETOPROFENO 100 MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	Unidade	7200
78	Cianocobalamina 1000mcg/ml Solução injetável 10ml	Unidade	1000
79	Cinazina 75mg (comprimido)	Unidade	50000
80	Ciprofloxacino 200mg/100ml (frasco)	Unidade	7200
81	Ciprofloxacino 500mg (comprimido)	Unidade	48000
82	Clarithromicina 50mg/ml pó para Suspensão 60ml	Unidade	1000
83	CLINDAMICINA, FOSFATO 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	Unidade	4800
84	Clomipramina 25mg (comprimido)	Unidade	12000
85	Clonazepam 2,5mg/ml solução oral (frasco)	Unidade	620
86	Clonazepam 0,5 mg - comprimido	Unidade	4000
87	Clonazepam 2 mg comp.	Unidade	300000
88	Clopidogrel 75 mg - comprimido	Unidade	2500
89	CLORETO DE POTÁSSIO 19,10 SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	Unidade	1000
90	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - 100ml sistema fechado	Unidade	12000
91	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 1000ml)	Unidade	1200
92	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 250ml)	Unidade	24000
93	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 500ml)	Unidade	40000
94	Cloreto de Sódio 0,9% solução nasal 30ml	Unidade	1000
95	Cloreto de sódio 10ml 20% (ampola)	Unidade	1000
96	Cloridrato de Esmolol 10 mg/mL solução injetável.	Unidade	240
97	Cloridrato de Fenilefrina - Solução Injetável - 10 mg/ml	Unidade	240
98	Clorpromazina 100mg (comprimido)	Unidade	300000
99	Clorpromazina 25 mg/mL	Unidade	55000
100	Clorpromazina 5mg/ml (ampola)	Unidade	800
101	Codergocrina 0,3mg/ml (ampola)	Unidade	600
102	Colagenase + cloranfenicol 0,6ui/g + 0,01g/g - bisnaga	Unidade	6000
103	Deslanosídeo 0,2mg (ampola)	Unidade	1200
104	Dexametasona 0,1% creme	Unidade	3500



105	Dexametasona 0,1mg/ml elixir - frasco	Unidade	1300
106	Dexametasona 1mg solução oftálmica 5ml	Unidade	150
107	Dexametasona 4mg comprimido	Unidade	3000
108	Dexametasona 4mg/ml (ampola)	Unidade	25000
109	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml solução frasco 100ml	Unidade	1200
110	Dexclorfeniramina 2mg (comprimido)	Unidade	18000
111	Dexmedetomidina, Cloridrato 100mcg/ml Solução injetável 2ml	Unidade	1000
112	Diazepam 10 mg (comprimido)	Unidade	300000
113	Diazepam 5 mg (comprimido)	Unidade	30000
114	Diazepam 5 mg/ml Solução injetável 2ml	Unidade	5000
115	Diclofenaco de sódio 50mg (comprimido)	Unidade	70000
116	Diclofenaco sal sódico 75mg/3ml - ampola	Unidade	18000
117	Digoxina 0,25mg (comprimido)	Unidade	30000
118	Dipirona 500mg (comprimido)	Unidade	200000
119	dipirona sódica 500mg/2ml - ampola	Unidade	40000
120	Dipirona sódica 500mg/ml frasco 10ml	Unidade	2400
121	Dobutamina 250mg/20ml (ampola)	Unidade	600
122	Dopamina, Cloridrato 5mg/ml Solução injetável 10 ml	Unidade	600
123	doxiciclina 100mg - comprimido	Unidade	1000
124	Efedrina, Sulfato 50mg/ml Solução injetável 1ml	Unidade	6000
125	Enalapril 10mg (comprimido)	Unidade	150000
126	Enalapril 20 mg - comprimido	Unidade	5000
127	Enflurano Líquido Inalante 100ml	Unidade	20
128	ENLAPRIL, MALEATO 5 MG COMPRIMIDO	Unidade	5000
129	Enoxaparina 40mg/0,4ml seringa pré-enchida	Unidade	800
130	Enoxaparina Sódica 60 mg/0,6 ml - seringa	Unidade	800
131	Epinefrina 1mg/ml (ampola)	Unidade	3300
132	Eritromicina, Estearato 500mg (Cápsula)	Unidade	1500
133	Eritromicina, Estearato 50mg/ml Suspensão oral 60ml	Unidade	150
134	Ertapenem Sódico 1g pó liofilizado para solução injetável	Unidade	1000
135	Escopolamina Brometo + Dipirona, 100mg+250mg (comprimido)	Unidade	80000
136	Escopolamina brometo+dipirona 4mg/ml + 500mg/ml - ampola	Unidade	16000
137	Escopolamina, Butilbrometo 20mg/ml Solução injetável 1ml	Unidade	4000
138	Espironolactona 25mg (comprimido)	Unidade	70000
139	Etilefrina 10mg/1ml (ampola)	Unidade	1000
140	ETOMIDATO - injetavel 20mg/10ml.	Unidade	600
141	Fenitoína 100mg (comprimido)	Unidade	45000
142	Fenitoína 50 mg/ml (ampola)	Unidade	2000
143	Fenobarbital 100mg (comprimido)	Unidade	80000



144	Fenobarbital 40mg/ml gotas	Unidade	400
145	Fenobarbital sódico 100mg/ml (ampola)	Unidade	500
146	Fenoterol Bromidrato - solução para inalação - frasco 20ml	Unidade	1300
147	Fentanila citrato 0,05mg/ml Solução injetável 5ml	Unidade	800
148	Ferripolimaltose 100mg (Ferro II) Solução injetável 5ml	Unidade	100
149	Fitomenadiona (Vitamina K) - Ampola	Unidade	1500
150	Fluconazol 10mg Suspensão Injetável 100ml	Unidade	500
151	Fluconazol 150mg (comprimido)	Unidade	6000
152	Flufenazina Enantato 25mg/ml - ampola	Unidade	450
153	Flumazenil 0,1 mg/mL c/ 5 mL - Ampola	Unidade	120
154	Fluoxetina 20mg (comprimido)	Unidade	150000
155	Furosemida 10mg/ml (ampola)	Unidade	20000
156	Furosemida 40mg (comprimido)	Unidade	180000
157	Gentamicina 40mg/2ml - ampola	Unidade	3000
158	Gentamicina, Sulfato 5mg/ml Solução oftálmica 5ml	Unidade	100
159	Glibenclamida 05mg (comprimido)	Unidade	180000
160	Glicerol 12% Enema 500ml Sistema Fechado	Unidade	1000
161	Glicerol 95% Infantil Supositório	Unidade	600
162	Gliclazida 60mg comprimido de Liberação prolongada	Unidade	100000
163	Gliconato de Cálcio 10% Solução injetável 10ml	Unidade	600
164	Glicose 50% Solução Injetável 10ml	Unidade	15000
165	Glicose 5% Solução Injetável 250ml Sistema fechado	Unidade	1800
166	Glicose 5% Solução Injetável 500ml Sistema fechado	Unidade	1500
167	Haloperidol 1mg (comprimido)	Unidade	35000
168	Haloperidol 5mg (comprimido)	Unidade	200000
169	Haloperidol 5mg/ml (ampola)	Unidade	6200
170	Haloperidol, sal Decanoato 50 mg/ml - ampola	Unidade	2600
171	Heparina sódica 5.000 UI/ml (ampola)	Unidade	700
172	Hidralazina, Cloridrato 20mg/ml Solução injetável	Unidade	12000
173	Hidralazina, Cloridrato 25mg (Comprimidos)	Unidade	36000
174	Hidralazina, Cloridrato 50mg (Comprimidos)	Unidade	10000
175	Hidroclorotiazida 25mg (comprimido)	Unidade	300000
176	Hidrocortisona, Acetato 10mg/g Creme 15g	Unidade	500
177	Hidrocortisona, Succinato sódico 100mg pó para Solução injetável	Unidade	5000
178	Hidrocortisona, Succinato sódico 500mg pó para Solução injetável	Unidade	10000
179	hidróxido de alumínio 61,5mg/ml - frasco	Unidade	800
180	ibuprofeno 50mg/ml - frasco	Unidade	800
181	Ibuprofeno 600mg - comprimido	Unidade	80000
182	Imipramina 25mg (comprimido)	Unidade	100000



183	Imunoglobulina anti-rho (D) 250mcg Solução injetável	Unidade	30
184	ipatrópio brometo 0,25mg/ml - frasco	Unidade	1800
185	Isossorbida 40mg (comprimido)	Unidade	80000
186	Isossorbida dinitrato 5mg, sublingual (comprimido)	Unidade	3000
187	Isossorbida, Mononitrato 20 mg - comprimido	Unidade	120000
188	Itraconazol 100mg (cápsula)	Unidade	6000
189	Ivermectina 6mg (comprimido)	Unidade	5000
190	Lactulose 667mg/ml Solução oral 120ml	Unidade	500
191	Levodopa 200mg + benserazida 50mg (comprimido)	Unidade	5000
192	LEVOFLOXACINO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 100ML	Unidade	2000
193	Levomepromazina 100mg (comprimido)	Unidade	130000
194	Levomepromazina 25mg (comprimido)	Unidade	70000
195	Levotiroxina sódica 25mcg (comprimido)	Unidade	100000
196	Levotiroxina Sódica 50 mcg - comprimido	Unidade	100000
197	Lidocaína 10% spray	Unidade	36
198	LIDOCAINA 20MG/ML (20%) - COM VASOCONSTRITOR	Unidade	7000
199	LIDOCAINA 20MG/ML (20%) - SEM VASOCONSTRITOR	Unidade	7000
200	Lidocaína 2% geléia	Unidade	2500
201	LIDOCAINA 5% + GLICOSE 7,25% - SOLUÇÃO INJETAVEL (LIDOCAINA PESADA) - 2ML	Unidade	1800
202	Loratadina 10mg (comprimido)	Unidade	10000
203	Loratadina 1mg/ml xarope frasco 100ml	Unidade	600
204	Losartana Potássica 50mg (comprimido)	Unidade	300000
205	Magnésio Sulfato 10% - ampola	Unidade	10000
206	MÁGNÉSIO, SULFATO 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	Unidade	10000
207	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML SISTEMA FECHADO	Unidade	60
208	MEROPENÉM 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	Unidade	5000
209	Metformina 500mg (comprimido)	Unidade	200000
210	Metformina 850 mg (comprimido)	Unidade	200000
211	Metildopa 250mg (comprimido)	Unidade	100000
212	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	Unidade	6000
213	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 8ML	Unidade	100
214	Metoclopramida 10mg (comprimido)	Unidade	6000
215	Metoclopramida cloridrato 4mg/ml - solução oral (frasco 10ml)	Unidade	500
216	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	Unidade	8000
217	Metoprolol 25 mg - comprimido	Unidade	8000
218	Metoprolol 50 mg - comprimido	Unidade	8000
219	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 5ML	Unidade	20
220	metronidazol 10% 100mg/g - bisnaga	Unidade	1200
221	Metronidazol 250mg (comprimido)	Unidade	5000



222	Metronidazol 5mg/ml (ampola)	Unidade	3600
223	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML	Unidade	50
224	Metropolol 5mg - ampola	Unidade	20
225	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL 80 G	Unidade	1500
226	Midazolam 50mg/10ml - ampola	Unidade	1500
227	MISOPROSTOL 200 MCG COMPRIMIDO	Unidade	12000
228	MISOPROSTOL 25 MCG COMPRIMIDO	Unidade	12000
229	Morfina 10mg/ml (ampola)	Unidade	1500
230	Naloxona 0,4 mg/mL - Ampola	Unidade	120
231	Neomicina + Bacitracina 5mg/g + 250Ui/g - bisnaga	Unidade	3500
232	Nifedipino 10mg - comprimidos	Unidade	100000
233	Nifedipino 20mg (comprimido)	Unidade	70000
234	Nimodipina 30mg (comprimido)	Unidade	100000
235	Nistatina 100.000 UI 50ml (frasco)	Unidade	800
236	VITELINATO DE PRATA 10MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	Unidade	200
237	Nitroglicerina 5mg/ml - ampola	Unidade	600
238	Nitroprussiato de sódio 25mg/ml - ampola	Unidade	100
239	Norepinefrina 2mg/ml - ampola	Unidade	1200
240	OCITOCINA 5 UI/ML UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	Unidade	15000
241	Óleo Mineral 100% - frasco 100ml	Unidade	700
242	Omeprazol 20 mg (comprimido)	Unidade	240000
243	Omeprazol 40mg/ml (ampola)	Unidade	3000
244	Oxcarbazepina 300mg (comprimido)	Unidade	40000
245	ÓXIDO DE ZINCO + COLECALCIFEROL + RETINOL 100+1000+400MG+UI/G POMADA 45G	Unidade	600
246	OXITOCINA 5 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	Unidade	2000
247	Paracetamol 200mg/ml gts	Unidade	2400
248	PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO	Unidade	12000
249	Pentoxifilina 400 mg (comprimido)	Unidade	60000
250	Pericazina 10mg (comprimido)	Unidade	5000
251	Pericazina 1% Frasco c/ 20 mL	Unidade	350
252	Pericazina 4% - Frasco c/ 20 mL	Unidade	200
253	Prednisolona 3 mg/mL - Solução Oral - Frasco 60 mL	Unidade	700
254	Prednisona 20mg (comprimido)	Unidade	40000
255	Prednisona 5mg - comprimido	Unidade	36200
256	Prometazina 25 mg Comprimido)	Unidade	300000
257	Prometazina 25mg/ml (ampola)	Unidade	11000
258	PROPILTIOURACILA 100 MG COMPRIMIDO	Unidade	3000
259	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 10 ML	Unidade	1000
260	Propranolol 40mg (comprimido)	Unidade	120000



261	Ranitidina 150 mg (comprimido)	Unidade	200000
262	Ranitidina 15mg/ml - solução	Unidade	500
263	Ranitidina 25mg/ml - ampola	Unidade	25000
264	RINGER LACTATO SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 ML SISTEMA FECHADO	Unidade	4500
265	Risperidona 01mg (comprimido)	Unidade	20000
266	Risperidona 2 mg (comprimido)	Unidade	180000
267	ROPIVACAÍNA, CLORIDRATO 7,5% SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML	Unidade	100
268	Sais para reidratação oral, pó composto por: cloreto de sódio 3,5g + glicose 20g + citrato de sódio 2,9g + cloreto de potássio 1,5g - para 1.000ml de solução pronta, segundo padrão.	Unidade	1000
269	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	Unidade	6000
270	SALBUTAMOL SULFATO 100MCG/DOSE AEROSOL 200 DOSES	Unidade	550
271	SEVOFLURANO 1 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 100 ML	Unidade	20
272	Simeticona 40mg - comprimido	Unidade	30000
273	simeticona 75mg/ml - frasco	Unidade	2000
274	Sinvastatina 10mg (comprimido)	Unidade	1000
275	Sinvastatina 20 mg (comprimido)	Unidade	240000
276	Sinvastatina 40 mg comp.	Unidade	200000
277	Sulfadiazina de Prata 10mg/g - bisnaga 100g	Unidade	5000
278	Sulfametoxazol 400mg + trimetropina 80mg (comprimido)	Unidade	20000
279	Sulfametoxazol 80mg/ml + trimetropina 16mg/ml (ampola)	Unidade	1200
280	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	Unidade	600
281	SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	Unidade	4000
282	Sulfato ferroso 40 mg (comprimido)	Unidade	180000
283	Suxametônio 100mg - ampola	Unidade	10
284	TENOXICAM 20 MG injetavel	Unidade	7200
285	Tiamina cloridrato 300mg (comprimido)	Unidade	25000
286	TIMOLOL, MALEATO 0,25% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	Unidade	100
287	Tiopental 1g - ampola	Unidade	150
288	Tioridazina 100mg (comprimido)	Unidade	35000
289	Tioridazina 25mg (comprimido)	Unidade	15000
290	Tioridazina 50 mg (comprimido)	Unidade	40000
291	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	Unidade	8000
292	Varfarina Sódica 5 mg - comprimido	Unidade	8000
293	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG COMPRIMIDO	Unidade	8000
294	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B4 B5 B6) DRÁGEA	Unidade	72000
295	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B5 B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	Unidade	11000
296	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1 B2 B3 B5 B6) SOLUÇÃO ORAL 30 ML	Unidade	200



ANEXO 7

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO Nº 7372/2019

LICITAÇÃO Nº /CPL/FMS/2020

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos _____ dias do mês de ____ de 2019, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº _____, é celebrado o presente compromisso entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI, doravante denominado Município e a empresa _____ estabelecida na _____ CNPJ nº _____, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, natural do _____, residente e domiciliado na Rua _____, Cep: _____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, RG nº _____, de acordo com o processo administrativo nº ____/____, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº ____/CPL/2018, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** ao longo da vigência da Ata do Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº ____/CPL/FMS/2018 e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS:



ELEMENTO DE DESPESA:
DOTAÇÃO:

EMPENHO

CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nos termos desta ata, será da ordem de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo—A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.



Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Coronel Othon Nº 0456 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 3693-5226 / (21) 3693-3462.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
 - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:

- I – pela Administração, quando:



a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;

b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do **Secretário Municipal de Saúde**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.



Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do **SECRETÁRIO**, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face Da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.



Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata de acordo com o Decreto Municipal 4.914\2019.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços em conformidade com a Legislação vigente, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Parágrafo Primeiro – Fica eleita a Comarca de Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2020.

Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pela **COMPROMITENTE**

TESTEMUNHAS

1 - _____

2 - _____



ANEXO 8

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, DE REFERÊNCIA E GENÉRICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E A EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de Saúde DIEGO XAVIER DE ALMEIDA carteira de identidade nº 10662016-4 e CPF/MF nº 107.878.427-29, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a Empresa _____, situada _____, inscrita no CNPJ _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor: _____, inscrito no CPF sob nº _____, celebram o presente CONTRATO Nº ____/FMS/2020, conforme processo administrativo nº ____/____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017, 4194/2019 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, DE REFERÊNCIA E GENÉRICOS**, oriunda da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/____, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
VALOR TOTAL:					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- coordenar e supervisionar serviços contratados por meio de pessoal indicado para tal fim.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- Fornecer os materiais cotados conforme previsto neste Contrato, obedecendo rigorosamente às especificações e condições estipuladas no Edital de licitação e na proposta comercial;
- Proceder à substituição dos materiais que forem entregues fora das especificações constantes no Anexo I deste Termo e na proposta apresentada, bem como aqueles que apresentarem defeitos de fabricação no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias);
- Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos materiais, inclusive as oriundas da devolução e reposição dos defeituosos;
- Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;



- e) cumprir com todas as obrigações fixadas no Projeto Básico, Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- f) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e entrega do objeto licitado;
- g) Arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;
- h) Comparecer, sempre que solicitada, à Secretaria Municipal de Saúde, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto CONTRATADO, sem autorização do CONTRATANTE por escrito;
- j) Cumprir as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- k) Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto fornecido com vícios, defeitos ou incorreções.
- l) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da entrega dos materiais, em conformidade com as especificações contidas neste Termo, assim como obedecer ao prazo de entrega;
- m) Responsabilizar-se pela troca quando **NÃO** forem atendidas as especificações do objeto e/ou apresentar qualquer defeito ou avaria;
- n) Nos preços deverão estar inclusos todos os custos com transporte, impostos, garantia e assistência técnica local por um período mínimo de 02 (dois) anos, sem exibir ônus adicional além do proposto inicialmente;
- o) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, atendendo ao disposto no Artigo 55 inciso XIII da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ (.....), sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos modelos do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O valor total do contrato é composto de acordo com os preços unitários discriminados na proposta vencedora.

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

ELEMENTO DE DESPESA:

DOTAÇÃO:.....

PROGRAMA DE TRABALHO:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** iniciará a entrega dos materiais, é de no máximo 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de empenho.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento, conforme a planilha estimada de pessoas que será emitida pelo **MUNICÍPIO**, sempre que necessário.

Parágrafo terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico/Termo de Referência, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

Parágrafo quarto. As inclusões ou exclusões de peças e acessórios ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

Parágrafo quinto. A qualificação técnica para atendimento dos medicamentos psicotrópicos deverão estar de acordo com:

- a) Alvará de Funcionamento expedido pelo Órgão competente da sede da licitante;
- b) Licença de Funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com prazo de validade vigente para o fornecimento de medicamentos psicotrópicos;
- c) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual ou Municipal atualizada;
- d) Autorização Especial de Funcionamento para psicotrópicos, obrigatoriamente para os licitantes que cotarem medicamentos psicotrópicos;
- e) Certificado de Regularidade Técnica do profissional farmacêutico fornecido pelo Conselho Regional de Farmácia da sede da licitante.
- f) Certificado de Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do Registro, denominação do material e nome do fabricante. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União (cópia autenticada), e também obtidos no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br;
- f.1.) Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro ou protocolo do pedido de revalidação, implicará na desclassificação do item cotado, conseqüentemente na sua INABILITAÇÃO no certame;
- f.2.) Os documentos emitidos pela ANVISA/Ministério da Saúde, Vigilância Municipal e Estadual, poderão ser analisados por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, podendo ser confirmados através de sites oficiais.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A entrega dos materiais deverá ser no Almoxarifado Central do **MUNICÍPIO**, de forma única, localizado na Rua Sebastião de Lacerda s/nº – Centro – Paracambi, das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, e será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerando inadequado;



- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro desta cláusula ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo terceiro. As partes se vinculam ao Edital e seus anexos, atendendo ao disposto no Artigo 55 inciso XI da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O **MUNICÍPIO** fará os pagamentos devidos por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Primeiro. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis.

Parágrafo Segundo. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratado.

Parágrafo Terceiro. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo Quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.

Parágrafo Quinto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Oitavo – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

Parágrafo Nono. As cobranças das parcelas de serviços serão feitas pela empresa que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores estabelecidos neste Contrato, deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal / Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópias de Termos Aditivos, se houver
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com o FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com o INSS

Parágrafo Décimo. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

O CONTRATANTE, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.



Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de *03 (três) dias úteis* após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO MUNICÍPIO

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) correspondente as infrações do Grupo 1 e multa de 3% (três por cento) correspondente as infrações do Grupo 2, conforme Projeto Básico, que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que



aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d".

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.

Parágrafo quinto. O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de _____ de 2020.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO
COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 9009/CPL/FMS/2020
PROCESSO N.º 7372/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 0136 / 0266
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00
PROGRAMA DE TRABALHO: 2101.10.302.00015.2105 / 2101.10.303.0015.2300
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 29 DE OUTUBRO DE 2020 ÀS 15 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA E FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação _SMS, situada a Rua Juiz Emílio Cardo nº 50 Centro - Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 16:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 26839100 ou e-mail: cplpmpparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI-RJ.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo 8	-	Minuta do Contrato

Depto. de Licitações e Compras

Comissão Permanente de Licitação



RAZÃO SOCIAL			CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	